



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTRATÉGIA NACIONAL DO SISTEMA HUMANIZADO DE EXECUÇÃO PENAL - ENASEP

ATA DA 7º REUNIÃO:

Participantes:

Dr. **Alexandre Berzosa Saliba**, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público;

Dra. **Andrea A. N. Paixão**, do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Minas Gerais – RECIVIL;

Dra. **Mônica Nicida Garcia**, Subprocuradora-Geral da República;

Dr. do Conselho Federal da OAB;

Dra. **Andrezza Duarte Cançado**, membro colaboradora do CNMP;

Dra. **Mara Fregapani Barreto**, do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ;

Dra. **Valdirene Daufemback**, do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ;

Dr. **Joaquim Pedro de Medeiros Rodrigues**, da Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Secional do Distrito Federal;

Dra. **Vivian L. Gomes de Oliveira**, da Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Secional do Distrito Federal.

Assessores e servidores das instituições acima mencionadas.

Aos dezoito (18) dias do mês de março de dois mil e quinze (2015), às 10:00 horas, na sala de reuniões da presidência do CNMP, reuniram-se os integrantes da Estratégia Nacional do Sistema Humanizado

de Execução Penal – ENASEP. O Dr. Alexandre Saliba abriu os trabalhos falando sobre o orçamento da União, que somente foi aprovado ontem, o que atrapalhou os trabalhos dos órgãos federais e, por via de consequência, da ENASEP, haja vista a dificuldade de realização de atividades que impliquem despesas. Em seguida, passou a palavra para a Dra. Andrea Paixão, que fez um relato sobre a reunião que participou em Porto Alegre, com a participação de representantes dos sindicatos de cartórios de registro civil de vários Estados brasileiros, associações além do representante da ARPEN e do DEPEN. Disse que o projeto Identidade Cidadã contou com o apoio unânime dos participantes. Dra. Mara Fregapani complementou que seria preciso assinar um termo de cooperação envolvendo o DEPEN e a ARPEN, cujo objeto seria a estruturação de um fluxo de emissão e regularização do registro civil em todo país, utilizando a equipe do Recivil. A equipe do Recivil iria ao Estado para realizar três dias de sensibilização, articulação de agenda, treinamento, estabelecimento de metas e definição de um fluxo de ação com as autoridades do Estado. Depois a equipe voltaria no Estado para fazer um dia de execução *in loco* para a emissão de documentação. Em seguida, o Estado daria continuidade ao trabalho com a execução nas demais unidades prisionais. O Ministério da Justiça se prontificou a custear passagens, diárias e material de expediente. A intenção é começar o projeto com o atendimento nas unidades prisionais femininas, que, via de regra, são menores. Dra. Andrezza Cançado pontuou que não se deve esquecer do semiaberto, onde a necessidade de documentação é mais urgente, além de priorizar também quem tem penas menores e quem é primário. Relembrando as últimas deliberações, Dr. Alexandre Saliba indagou sobre a melhor data para lançamento do projeto Identidade Cidadã. Ficou marcado o dia 10/06/2015 às 10h (a confirmar) para a solenidade de lançamento no auditório CNMP com a presença das autoridades signatárias do Programa Segurança sem Violência e de representantes das demais entidades envolvidas. Ficou designado o dia 17/06/2015, às 9h, para iniciar a execução dos trabalhos na unidade prisional feminina do Distrito Federal, conhecida como Colmeia. Em seguida, Dr. Alexandre Saliba perguntou ao representante do Conselho Federal da OAB sobre o parecer relativo à desoneração fiscal dos municípios sedes de unidade prisional. Dr. Joaquim

Pedro disse que o parecer não é simples e a demanda foi repassada à comissão competente, mas comprometeu-se a cobrar agilidade na resposta. Continuando, Dr. Joaquim Pedro falou sobre uma audiência pública na Câmara legislativa para tratar do sistema prisional, em que foi apresentada proposta de um código penitenciário local. Sobre a proposta de replicar a ENASEP nos Estados, disse que a OAB estreitará as tratativas com a Secretaria de Justiça do Distrito Federal para apresentar o projeto. Sobre as audiências de custódia, Dr. Alexandre Saliba disse que falará com o Dr. Rodrigo Janot para fazer um *workshop* sobre o assunto, junto com o CNJ, para ter participação também do Judiciário e evitar os problemas ocorridos em São Paulo. Dra. Valdirene Daufemback falou que o DEPEN está trabalhando como parceiro na implantação dessas audiências e ressaltou que, apesar dos problemas ocorridos em São Paulo, cerca de 50% das pessoas foram liberadas após a audiência de custódia. Disse que o diálogo já começou no Estado de Pernambuco e Minas Gerais e que seria de suma importância que o *workshop* fosse realizado. Dr. Alexandre Saliba se comprometeu a falar com o Presidente do CNMP para realizar o *workshop* dos MPs vinculados aos TJs que pediram ao CNJ a implantação das audiências de custódia. Dra. Mônica Nicida falou sobre a emissão de nota técnica conjunta das câmaras de coordenação e revisão do MPF que atuam na área criminal favorável às audiências de custódia e tem interesse de acompanhar sua implementação, ressaltando que, no âmbito federal, a regulamentação pode ser feita por meio do Conselho da Justiça Federal e se colocou à disposição para colaborar na regulamentação e na realização do *workshop*. Sugeriu, portanto, reunião com o Subprocurador-Geral da República, Dr. Mario Bonsaglia para tratar do assunto.

Após várias manifestações e profícuas discussões, os integrantes da ENASEP chegaram aos seguintes **encaminhamentos**:

a) Serão encaminhados pela secretaria da CSP os ofícios convidando autoridades para o lançamento do projeto Identidade Cidadã no Sistema Prisional, quais sejam: signatários do programa segurança sem violência, Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Presidente do Recivil, Secretário de Justiça do Distrito Federal, Promotores da Execução

Penal do Distrito Federal, juízes da Execução Penal do Distrito Federal, Defensor Público Geral do Distrito Federal e Presidente da ARPEN.

b) O Dr. Alexandre Vieira (OAB) trará, na próxima reunião, parecer sobre desoneração fiscal e trabalhista para os municípios que sediarem unidades prisionais;

c) O lançamento do projeto Identidade Cidadã será lançado em solenidade no auditório do CNMP, no dia 10/06/2015, às 10h (a confirmar) e o primeiro dia de execução do projeto será na unidade prisional feminina do Distrito Federal, conhecida com Colméia, no dia 17/06/2015 às 9h. Será feito um revezamento entre as unidades feminina e semiaberto como prioridades do projeto.

d) O Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Dr. Mario Luiz Bonsaglia será convidado a participar da próxima reunião da ENASEP.

e) A 7ª Reunião da ENASEP será realizada no dia 15 de abril, às 10h, na sala de reuniões da presidência do CNMP.

Encerrada a reunião às 12h, dela lavrou-se esta ata, que segue assinada pelo Conselheiro Alexandre Saliba.

Brasília, 18 de março de 2015.



CONSELHEIRO ALEXANDRE BERZOSA SALIBA
Conselho Nacional do Ministério Público